



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

ATA DE REUNIÃO

Ata da 23ª Plenária do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia

Plenária Ordinária

17 de maio de 2024.

1 Ao décimo sétimo dia do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte e três minutos,
2 iniciou-se o primeiro dia da Vigésima Terceira Plenária Ordinária, realizada de forma híbrida, do Décimo
3 Nono Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Participou de forma presencial: Alessandra Santos de
4 Almeida, Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, Carolina Saraiva, Célia Mazza de Souza, Clarissa Paranhos
5 Guedes, Evandro Moraes Peixoto, Izabel Augusta Hazin Pires, Jefferson de Souza Bernardes, Juliana de
6 Barros Guimarães, Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Marina de Pol Poniwas, Neuza Maria de
7 Fátima Guareschi, Nita Tuxá, Raquel Souza Lobo Guzzo, Roberto Chateaubriand Domingues, Rodrigo
8 Acioli Moura. Participaram de forma remota: Carla Isadora Barbosa Canto, Gabriel Henrique Pereira de
9 Figueiredo, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho e Rosana Mendes Éleres de Figueiredo. Passou-se à
10 discussão dos pontos de pauta. Alessandra Santos de Almeida fez alusão ao dia da luta antimanicomial e
11 também sobre a luta contra a LGBTfobia e leu trechos sobre a temática. **Ponto 1. ELABORAÇÃO DE**
12 **REGULAMENTO COM A DEFINIÇÃO DOS LIMITES PARA GASTOS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE**
13 **FUNDOS (Processo Sei nº 576600002.000009/2024-57).** José Eli Vasconcelos (GFin) informa que a Lei
14 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece as normas gerais para contratações no âmbito do setor
15 público, introduziu novos parâmetros para a contratação por meio de dispensa de licitação. Essa
16 atualização impacta diretamente os limites financeiros para a aquisição de bens e serviços por meio de
17 suprimento de fundos. Diante desse contexto, torna-se imprescindível a elaboração de regulamento com
18 a definição dos limites para gastos por meio de suprimento de fundos. Na sequência realizou a leitura do
19 documento. Célia Mazza de Souza perguntou se esta minuta abarca todo o Sistema Conselhos ou é
20 somente para o Conselho Federal de Psicologia. Perguntou também se é possível mais de um suprimento
21 e se os valores são mensais. José Eli Vasconcelos (GFin) respondeu que a regra é válida para todo o
22 Sistema Conselhos, mas que os Conselhos Regionais podem editar normas complementares. Alessandra
23 Santos de Almeida perguntou se poderia ser aprovado. A plenária anuiu. **Encaminhamentos:** Aprovada a
24 minuta de resolução que estabelece os limites para realização de despesa por meio de suprimento de
25 fundos no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia. **Ponto 2. AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS**
26 **(Processo Sei nº 576600003.000119/2024-17).** Evandro Moraes Peixoto apresentou o objetivo do ponto,
27 a saber, julgar os testes psicológicos analisados pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica,
28 conforme previsto na Resolução CFP nº 31/2022: 1. Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF) -
29 Atualização de normas; 2. Avaliação dos Interesses Profissionais - Atualização de normas; 3. Bateria de
30 Funções Mentais para Motorista - Teste de Atenção Concentrada (BFM-4) - Evidências de Validade; 4.
31 Bateria de Funções Mentais para Motorista - Teste de Memória (BFM-2) - Evidências de Validade; 5.
32 Teste de Criatividade Figural - versão adolescentes e adultos (TCF-AA); 6. Memória Visual de Placas de
33 Trânsito (MVPT); 7. Estilos de Pensar e Criar – 2ª Versão (EPC II); 8. Método de Avaliação de Pessoas –
34 MAPA 2. O conselheiro procedeu à leitura dos pareceres emitidos pela Comissão Consultiva em
35 Avaliação Psicológica – CCAP. Juliana de Barros Guimarães destaca que considera importante fazer um
36 evento interno, uma reunião interna dentro dos Conselhos Regionais, direcionado para as COES e COFs e
37 as comissões de mobilidade humana e urbana, com a temática de limites e possibilidades da avaliação
38 psicológica e direitos humanos. Alessandra Santos de Almeida fica muito feliz com o fato de termos uma
39 Resolução que abarca o assunto, dá para a temática o seu devido direcionamento e importância e fica
40 satisfeita também como os debates sobre a avaliação psicológica e o alinhamento com os direitos
41 humanos. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro propôs a realização de seminário para a discussão
42 entre a avaliação psicológica e os contextos nas quais não está inserida. **Encaminhamentos:** 1) A Plenária
43 referendou os pareceres da CCAP, apreciando os testes psicológicos, conforme segue: 1. Inventário de
44

45 Percepção de Suporte Familiar (IPSF) - Atualização de normas – parecer favorável; 2. Avaliação dos
46 Interesses Profissionais - Atualização de normas - parecer favorável; 3. Bateria de Funções Mentais para
47 Motorista - Teste de Atenção Concentrada (BFM-4) - Evidências de Validade - parecer favorável; 4.
48 Bateria de Funções Mentais para Motorista - Teste de Memória (BFM-2) - Evidências de Validade -
49 parecer favorável; 5. Teste de Criatividade Figural - versão adolescentes e adultos (TCF-AA) - parecer
50 favorável; 6. Memória Visual de Placas de Trânsito (MVPT) - parecer favorável; 7. Estilos de Pensar e Criar
51 – 2ª Versão (EPC II) - parecer desfavorável; 8. Método de Avaliação de Pessoas – MAPA 2 - parecer
52 desfavorável. 2) Foi sugerida a realização de uma reunião interna, com participação do plenário, CCAP,
53 Comissão de Mobilidade Humana e Urbana e equipes técnicas do CFP, de modo a discutir limites e
54 possibilidades da avaliação psicológica e dos direitos humanos. **Ponto 3. DESIGNAÇÃO DE**
55 **RELATORAS(ES) PARA PROCESSOS ADMINISTRATIVOS. Processo Sei nº 571700199.000017/2024-19.**
56 Oriundo do CRP 17, Título de Especialista - Psicologia de Tráfego. **Processo Sei nº**
57 **576600020.000638/2024-69.** Oriundo do CRP 16, Título de Especialista - Psicologia de Tráfego.
58 **Encaminhamento:** 1) Foram designadas(os) as(os) relatoras(es) abaixo para os processos administrativos
59 com julgamento previsto para o dia 25 de julho, de forma online, no período matutino: **A)**
60 571700199.000017/2024-19, Origem: CRP 17, Assunto: Título de Especialista - Psicologia de Tráfego,
61 Relatora: Ivani Francisco de Oliveira. **B)** 576600020.000638/2024-69, Origem: CRP 16, Assunto: Título de
62 Especialista - Psicologia de Tráfego. Relatora: Izabel Augusta Hazin Pires. **Ponto 4.**
63 **PARECER SOBRE SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO NO REGIMENTO INTERNO DO CRP 07 (Processo Sei nº**
64 **576600020.000354/2024-72).** Clarissa Paranhos Guedes considerou que o objetivo do ponto é avaliar o
65 parecer final a respeito das solicitações de alterações propostas pelo CRP 07 para seu Regimento
66 Interno. Procedeu à leitura do Parecer. Concluiu pela remessa do Regimento Interno ao Conselho
67 Regional de origem para adequações e posterior retorno ao Conselho Federal para análise. Maria
68 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro pensa que cabe uma orientação quanto à alteração do Regimento
69 Interno, no sentido de não realizar analogias entre as funções do Conselho Federal e as funções dos
70 Conselhos Regionais. Não havendo mais questionamentos, a plenária aprovou o parecer da relatora por
71 maioria absoluta de votos. Houve uma abstenção. **Encaminhamentos:** A Plenária referendou o parecer
72 da relatora. A minuta de regimento interno do CRP 07 será devolvida ao regional com as considerações
73 das áreas técnicas do CFP. Observação: Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro sugeriu rever o
74 Regimento Interno do CRP 07, posto que a nova minuta destaca competências que são próprias do CFP.
75 **Ponto 5. NOTA TÉCNICA: O ESCOPO DA ATUAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O) NO CAMPO DAS**
76 **ORGANIZAÇÕES E DO TRABALHO (Processo Sei nº 576600003.000095/2024-98).** Antônio Virgílio
77 Bittencourt Bastos informou que o Grupo de Trabalho Interno - Trabalho, Gestão e Saúde Psicossocial,
78 com o intuito de responder à demanda do CFP de delimitação de atividades profissionais da subárea de
79 Psicologia do Trabalho e das Organizações ou Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), elaborou a
80 minuta de Nota Técnica sobre o escopo da atuação da psicóloga no campo das organizações e do
81 trabalho. Contou também que já receberam parecer da Gerência Jurídica e que as observações são
82 formais, destacando que esta Nota Técnica é o primeiro produto do Grupo de Trabalho Interno. A
83 motivação de elaboração do documento se refere a pessoas que estão trabalhando na área de Gestão de
84 Pessoas e solicitam o cancelamento da inscrição junto ao Conselho Regional. Raquel Souza Lobo Guzzo
85 perguntou se pensaram em atualizar a CBO. Célia Mazza de Souza referiu que para além do CBO existem
86 as normas da NOB-RH. E pontuou que deveria ser realizada interlocução com a Aspar. Antônio Virgílio
87 Bittencourt Bastos disse que ainda não tomaram nenhuma medida junto ao Ministério Público do
88 Trabalho para atualização da CBO, mas que já estão em contato com o Ministério para articulação
89 também quanto à saúde mental. Contou sobre a publicação da Cartilha que será oriunda da Nota Técnica
90 e a publicação da Resolução comentada. Disse que a previsão de publicação da Nota Técnica e da cartilha
91 é para o próximo semestre. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro salientou que o parecer da SOE
92 ainda não foi concluído por falta de tempo hábil. E que deveria fazer interlocução com o Ministério da
93 Gestão e Ministério do Trabalho também. Alessandra Santos de Almeida pensa que é interessante
94 conversar com o Ministério do Trabalho para a alteração da CBO. Sugere que o Grupo de Trabalho
95 Interno priorize a construção da Nota Técnica sobre assédio nas organizações de trabalho, com destaque
96 para os órgãos governamentais. Não havendo mais questionamentos, a plenária aprovou a Nota Técnica.
97 **Encaminhamentos:** 1) A plenária aprovou a minuta de Nota Técnica sobre o escopo da atuação da(o)
98 Psicóloga(o) no campo das organizações e do trabalho. 2) Destaca-se que as sugestões que constam do
99 parecer jurídico e do parecer da Secretaria de Orientação e Ética (em construção) deverão ser
100 incorporadas ao documento antes de sua publicação. 3) O GT deve atuar junto ao Ministério da Gestão,
101 Ministério do Trabalho e Ministério da Educação, no sentido de aproximar a Psicologia de temáticas

102 relevantes para a atuação nas organizações. 4) Deve-se atuar junto ao Ministério do Trabalho com o
103 objetivo de atualizar a CBO para a área de Psicologia, bem como rever as equipes que compõem as
104 normas básicas de recursos humanos, com inclusão da(o) psicóloga(o). 5) Em conjunto com a ASPAR, o
105 GT deve propor um projeto que altere a lei que prevê que o afastamento do trabalho só pode ser
106 realizado por meio de atestado médico. Deve-se alterar para atestado de saúde. 6) Sugere-se que o GT
107 priorize a construção da nota técnica sobre assédio nas organizações, com destaque para os órgãos
108 governamentais. Atentar para o uso da linguagem gendrada e para as intersecções entre os diversos
109 marcadores sociais. **Ponto 6. MINUTA DE RESOLUÇÃO DE TDICS (Processo Sei nº**
110 **576600028.000067/2024-92)** Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro relatou que o Grupo de Trabalho
111 de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização - GT da POF teve como encaminhamento da Apaf de
112 2019 a tarefa de rever a Resolução de Atendimento Online. Dessa forma, o GT elaborou nova Minuta de
113 Resolução sobre o assunto e pautou para apreciação da Apaf de dezembro de 2023. A Minuta de
114 Resolução foi aprovada com a solicitação de ajustes. Os ajustes foram realizados. A Minuta de Resolução
115 recebeu parecer favorável da Gerência Jurídica do CFP, da Gerência Técnica e está em fase de revisão
116 ortográfica. Dessa forma, pautamos a Minuta de Resolução para referendo do Plenário do CFP. Sobre o
117 parecer da Gerência Técnica, foram feitos alguns apontamentos que merecem destaque desta plenária.
118 Destacou que o intuito é confeccionar uma Resolução Comentada. E pensa que, com o encerramento do
119 E-Psi, é preciso desenvolver uma forma de acompanhamento da profissional que atende de forma
120 remota. Passou-se à análise de Resolução concomitantemente ao Parecer da Gerência Técnica. O
121 plenário realizou considerações quanto à apresentação da psicóloga, identificação pelo CRP,
122 possibilidade de foto no Cadastro Nacional. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, no artigo 2º,
123 perguntou se deveriam deixar o texto mais enxuto, para esta Minuta de Resolução e o trecho mais
124 explicativo para a Resolução comentada. O plenário anuiu. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
125 contou que o Grupo de Trabalho também está trabalhando na divulgação de serviços e que será
126 elaborada uma Minuta de Resolução, com posterior debate sobre a Inteligência Artificial. E também que
127 será feito um estudo de acompanhamento das profissionais que utilizam o atendimento remoto. Nita
128 Tuxá perguntou sobre as tecnologias e se o Grupo de Trabalho de Revisão da Política de Orientação e
129 Fiscalização irá discutir sobre os aplicativos, sobre registros de dados. Juliana de Barros Guimarães
130 perguntou como serão localizadas as profissionais que atendem de forma remota, já que não terá mais o
131 E-Psi. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro pontuou que é uma tarefa da área técnica e que a
132 Gerência de Tecnologia da Informação está estudando a possibilidade de registro no Cadastro Nacional,
133 sendo o escopo desta Resolução a prestação de serviços tecnológicos. Rodrigo Acioli Moura considerou
134 que dentro da tecnologia não há ambiente seguro, e que não há como garantir o sigilo das informações.
135 Jefferson de Souza Bernardes perguntou se é o momento de extinguir o E-Psi ou de ressignificá-lo. Maria
136 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro pontuou que o Grupo de Trabalho fez escolhas quanto à extinção do E-
137 Psi. Comentou sobre as deficiências. Izabel Augusta Hazin Pires referiu que as deficiências devem ser
138 nomeadas física, mental, intelectual e sensorial. Alessandra Santos de Almeida questionou sobre a
139 inclusão das questões étnico-raciais, culturais e linguísticas. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
140 destacou que não é possível a mudança de mérito. Alessandra Santos de Almeida sugeriu que a Minuta
141 de Resolução fosse toda lida e os destaques fossem apontados. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
142 considerou que modificar uma Resolução que já foi apreciada em Apaf só é razoável em duas situações,
143 a saber, quando a matéria foge da legalidade ou quando existe algo que prejudica a matéria. Maria
144 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro procedeu à leitura da Minuta de Resolução, considerando que é
145 preciso verificar o fluxo de revisão dos setores. A plenária foi realizando considerações. Pedro Paulo
146 Gastalho de Bicalho está preocupado com as inconsistências que a Resolução apresenta. Rafael Taniguchi
147 pensa que pode ser realizada reunião entre a SOE, GTec, GJur para elaboração de redação sobre o foro e
148 encaminhado ofício aos Conselhos Regionais explicando a modificação da redação. Izabel Augusta Hazin
149 Pires sentiu falta na Resolução da previsão de gravação das sessões e sugeriu a inserção da questão. A
150 plenária discutiu sobre a inscrição secundária quanto ao atendimento por TDICs. **Encaminhamentos:** 1)
151 A minuta de resolução foi aprovada pelo plenário do CFP, após realização dos ajustes abaixo: A) Avaliar a
152 viabilidade de incluir a foto da psicóloga no Cadastro Nacional, de forma a possibilitar a identificação da
153 profissional que está atendendo via TIDCs. B) No artigo 3º, alterar no texto da minuta as seguintes
154 denominações: Inciso VII, alínea (a): Deficiências físicas, mental, intelectual e sensorial. C) Revisar a
155 estrutura do documento, de modo a facilitar a compreensão do texto (Artigos, parágrafos, incisos e
156 alíneas). D) Inverter a ordem do artigo 5º com o 6º. No artigo 6º, incluir o sujeito da frase. "A psicóloga,
157 na prestação de serviços psicológicos mediado por TDICs (...)". Revisar o texto dos artigos 5º e 6º,
158 destacados na minuta proposta pela STec. Adequar a numeração do texto. E) No artigo 5º, § 1º, inciso III,

160 considerar a proposta de texto da STec. F) No Caput do artigo 5º, substituir a palavra “profissional” por
161 “psicóloga”. G) Em relação ao inciso III, artigo 5º, a CGEx agendará reunião com a Conselheira Maria
162 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Gerência Jurídica, SOE e STec para apresentar sugestões de alteração
163 do texto. H) No artigo 6º, § 1º, substituir a palavra “que atendem” por “para atendimento em TIDCs”.
164 Alterar o texto de modo a especificar que o artigo contempla os profissionais que realizam o
165 atendimento apenas por TIDCs, não contemplando aqueles que realizam o atendimento presencial. I) No
166 artigo 6º, retirar o texto “a qualquer um dos Estados da Federação Brasileira”. Observação: Izabel
167 Augusta Hazin Pires sugeriu que sejam incorporadas, no texto da minuta, orientações sobre a gravação
168 por meio de TIDCs. Na nota técnica sobre a minuta de resolução deverá constar parágrafo que trate das
169 questões étnico-raciais. A plenária foi interrompida às 12:07h (doze horas e sete minutos) e retornou às
170 13:36 h (treze horas e trinta e seis minutos). **Ponto 7. APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ DE MORTES**
171 **VIOLENTAS CONTRA LGBTI+.** Alessandra Santos de Almeida considerou que hoje é uma data
172 emblemática quanto ao Dia de Enfrentamento à LGBTQIA+fobia e que foram convidados os seguintes
173 representantes dos movimentos sociais LGBTQIA+: ANTRA, ABGLT, Acontece Arte e Política LGBT.
174 Posteriormente foi realizada a apresentação do Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil
175 referente ao ano de 2023. Raquel Souza Lobo Guzzo agradeceu a presença e pensa que este é um espaço
176 que deve ser ampliado para todos os espaços de desenvolvimento social. Nita Tuxá comentou sobre o
177 território indígena, ressaltando que não há este recorte no mapeamento. E perguntou sobre a violência
178 atrelada ao suicídio, indagando como pode ser realizado o mapeamento e se há intersecções. Célia
179 Mazza de Souza contou que é mãe pela diversidade e que se sente muito satisfeita com os movimentos
180 que são realizados. Clarissa Paranhos Guedes pensa que pode ser realizada incidência com o CNJ e que
181 talvez seja importante verificar para que os crimes sejam julgados dentro das suas especificidades. Carla
182 Isadora Barbosa Canto contou sobre uma pesquisa de mestrado no estado do Amapá e que houve
183 somente um caso de violência contra as pessoas LGBTQIA+fobia, ressaltando que realidade não é esta.
184 Alessandra Santos de Almeida perguntou como os convidados perceberam e receberam os dados
185 coletados. Um dos convidados disse que o grande desafio é conseguir os dados e que necessita dos
186 jornalistas, mas que há a vontade de conseguir conversar com os parceiros e conseguir as agendas e
187 informou que no ano que vem será realizada a Conferência Nacional da Política LGBT. Maria Carolina
188 Fonseca Barbosa Roseiro entende que este momento é de abertura de conversa e contou sua trajetória e
189 atuação no Conselho Federal. Pensa que o caminho é buscarmos dados no Observatório e que estes
190 podem ser utilizados como forma de orientação à categoria. **Não houve encaminhamentos. Ponto 8.**
191 **PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA - DEMANDAS RELATIVAS À ABA E ASPECTOS RELACIONADOS (Processo**
192 **Sei nº 576600003.000125/2024-66).** Izabel Augusta Hazin Pires destacou que o CFP tem recebido
193 demandas oriundas de distintos espaços solicitando o posicionamento do Conselho Federal de Psicologia
194 sobre a terapia ABA. A grande questão não é a elaboração de resposta, e sim o posicionamento do CFP.
195 Foi encaminhado que será realizada plenária extraordinária, para a qual serão convidadas pessoas com
196 posicionamentos distintos acerca do autismo e das intervenções destinadas a este público, além de
197 membros da CDH, SAPP e Avaliação para discussão sobre temas relevantes e que demandam posição do
198 CFP (Método Aba e a possibilidade de gravação, Depoimento Especial, Autismo e temas afins)".
199 Comentou que é preciso, dessa forma, definir a data da realização da plenária extraordinária, de modo
200 presencial, com a participação de dois convidados; Appreciar proposta de programação para o encontro /
201 plenária extraordinária ampliada com participação de membros da CDH, SAPP e Avaliação para discussão
202 sobre temas relevantes e que demandam posição do CFP (Método Aba e a possibilidade de gravação,
203 Depoimento Especial, Autismo e temas afins). Camila Dias considerou que é preciso definir uma data
204 para a realização da plenária extraordinária. O plenário indicou pessoas para participar da discussão
205 durante a plenária. A programação foi apresentada. Izabel Augusta Hazin Pires comentou sobre os
206 convidados indicados e fez a sua própria indicação. Pensa ser importante a presença de convidado
207 autista. Pensa também que é preciso discutir a questão referente ao método ABA como política de
208 estado. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro gostaria de indicar uma pessoa para participar, destaca
209 também que o debate sobre as políticas públicas deveria constar da programação, no sentido de
210 problematizar e facilitar o acesso. Pensa que o debate pode ser realizado de forma ampla e que falta o
211 debate sobre a psicanálise, que pode contribuir na discussão com o público autista. Neuza Maria de
212 Fátima Guareschi fez a indicação de um psicanalista que possui posicionamento crítico sobre o método
213 ABA. Alessandra Santos de Almeida recebeu material na UFBA e pensa que é importante ouvir as
214 pessoas que fizeram este material. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo informou que o nome correto é
215 a ABA e informou que realizaram na semana passada uma *live* sobre análise do comportamento. Ela
216 informou que a análise do comportamento aplicada não é somente direcionada ao autismo e sim para

217 diversos contextos. Jefferson de Souza Bernardes pensa que devemos reposicionar o SAPP para ficarmos
218 mais ativos nestes movimentos. Pensa que deve ser convidado o presidente do Conep. Pedro Paulo
219 Gastalho de Bicalho pensa que o FCFAS é um ótimo local para realizar algum tipo de levantamento.
220 Rodrigo Acioli Moura pensa que a plenária extraordinária deveria ser de 2 (dois) dias, dada a amplitude
221 da temática. E sugeriu que o primeiro dia seja de falas e de amplos debates e o segundo dia seja para
222 discussão interna. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro retomou a questão sobre se, de fato, o
223 debate é só sobre a ABA e que demanda orientação dos Conselhos Regionais, pois cada CRP responde de
224 uma forma diferente. Izabel Augusta Hazin Pires considerou que é preciso ter em mente qual a
225 concepção de deficiência assumida pelo Conselho Federal. A programação foi reorganizada. E o
226 encaminhamento foi de não focar apenas na ABA. Camila Alves e Izabel Augusta Hazin Pires organizarão
227 a programação e encaminharão às conselheiras no grupo de WhatsApp. A plenária extraordinária será
228 realizada nos dias 12 (doze) e 13 (treze) de julho de 2024 (dois mil e vinte e quatro). **Encaminhamentos:**
229 1) A data da plenária foi aprovada para os dias 12 e 13 de julho de 2024. 2) Convidar: A) Cleonice Alves
230 Bosa (indicação de Izabel Augusta Hazin Pires); B) Representante autista; C) Mayck Hartwig (Adultos no
231 Espectro) (indicação de Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro); D) Amadeu de Oliveira Weinmann
232 (indicação de Neuza Maria de Fátima Guareschi); E) Representantes de Associações ligadas ao tema; F)
233 Autores do dossiê "A indústria do autismo no contexto brasileiro atual: contribuições ao debate"; 2)
234 Levantar o posicionamento sobre a ABA das demais profissões de saúde (Verificar junto ao FCFAS); 3)
235 Incluir os seguintes pontos para discussão: A) questão do método ABA para o autismo como política de
236 Estado; B) aplicação do método por estagiários; C) posição da Associação Americana de Pediatria. 4) O
237 debate tem como objetivo definir uma linha de orientação do CFP para a categoria. 5) A plenária será
238 realizada em dois dias, sendo o primeiro dia voltado para o amplo debate e aberto para convidados. Já o
239 segundo dia deve ser de discussão interna, do próprio plenário. 6) Questões disparadoras para as
240 convidadas: A) Momento 1: Concepção de deficiência; Como você concebe o autismo? Como você avalia
241 e intervém? B) Momento 2: Definições do método ABA. 7) Izabel Augusta Hazin Pires e Camila Alves
242 devem fechar a programação e enviar via WhatsApp para o plenário. **Ponto 9. CONVITE - ATO DA**
243 **COMUNIDADE DA PSICOLOGIA, DE SOLIDARIEDADE AO POVO E COLEGAS RIOGRANDENSES (Processo**
244 **sei nº 576600020.000920/2024-46).** Alessandra Santos de Almeida contou que o Conselho Federal
245 recebeu convite do Instituto Silvia Lane para participar do Ato da comunidade da Psicologia, de
246 solidariedade ao povo e colegas rio-grandenses, a ser realizado no dia 19 (dezenove) de maio, de forma
247 virtual. E que a ideia é de um programa com rápidas falas de abertura (incluindo a fala do CRP 07 e um
248 relato sobre a situação do momento), seguidas de saudações de todas as organizações que colaborem na
249 divulgação e compareçam ao Ato Público Virtual. O plenário pensa que não dá para comparecer, pois o
250 convite foi feito com pouco tempo e há choque de agendas. E que é preciso justificar a não ida.
251 **Encaminhamento:** Agradecer ao convite e informar que, pela exiguidade do tempo entre o recebimento
252 do convite e sua data de realização, não será possível enviar representante do CFP, considerando que
253 todo o plenário estará em trânsito no momento da ação. Destacar, na resposta, as ações que o CFP vem
254 realizando, relacionadas ao desastre ocasionado pelas chuvas no Rio Grande do Sul. **Ponto 10.**
255 **ASSUNTO: CONVITE - SCP CONVIDA PARA PARTICIPAR DA REDE IBERO-AMERICANA DE**
256 **PSICONEFROLOGIA (Processo Sei nº 576600020.000759/2024-19).** Alessandra Santos de Almeida
257 relatou que este evento é um desdobramento do Encontro Binacional em Cuba, e que o objetivo é
258 realizar ações conjuntas no desenvolvimento de assuntos relacionados à "Psiconefrologia. Izabel Augusta
259 Hazin Pires disse que é preciso pensar em como responder. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
260 pensa que o interessante nesta articulação é integrar e realizar ações conjuntas no desenvolvimento de
261 assuntos relacionados à psiconefrologia, a realização de workshops, cursos de formação além de
262 intercâmbios científicos e acadêmicos. O plenário deliberou por aceitar a participação do CFP na Rede
263 Ibero-Americana de Psiconefrologia e fez indicações. Izabel Augusta Hazin Pires pensa que antes da
264 indicação, deve ser realizado o contato com os indicados para verificar se aceitam ou não.
265 **Encaminhamentos:** 1) O plenário deliberou por aceitar a participação do CFP Rede Ibero-Americana de
266 Psiconefrologia. Indicou, como representantes: A) Morgana Queiroz (Indicação de Carolina Saraiva); B)
267 Junia Costa Vaz de Almeida (Indicação de Jefferson Bernardes); C) Leonardo Santos de Melo (Indicação
268 de Jefferson Bernardes); D) Robenilson Barreto (Indicação Carolina Saraiva); E) Nadja Carozzo (Indicação
269 Rosana Éleres). 2) A GRI deverá contatar as indicações previamente e responder oficialmente ao
270 convite. **Ponto 11. CREPOP: COMISSÃO DE REVISÃO DE METODOLOGIA (Processo Sei nº**
271 **576600012.000027/2024-10)** Neuza Maria de Fátima Guareschi referiu que o CREPOP deu início ao
272 processo de revisão de sua metodologia. E que, durante a Reunião Nacional da Rede CREPOP realizada
273 em Brasília, os Conselhos Regionais de Psicologia apresentaram suas indicações para a composição da

274 comissão de revisão da metodologia do CREPOP, seguindo o seguinte critério: dois representantes por
275 Região Geográfica, sendo uma conselheira e uma técnica, desde que de Conselhos Regionais diferentes.
276 Não havendo inscrições, o plenário aprovou a portaria que constitui a comissão, bem como a sua
277 constituição. **Encaminhamentos:** 1) O plenário aprovou as indicações dos Conselhos Regionais para
278 compor a comissão de revisão da metodologia do CREPOP, conforme quadro apresentado na solicitação
279 do ponto. 2) Como representantes do CFP, foram indicados: A) Clarissa Paranhos Guedes; B) Neuza Maria
280 de Fátima Guareschi e C) Mateus Castelluccio. B) Foi aprovada a minuta de portaria para constituição da
281 comissão. O primeiro dia da reunião plenária foi encerrado às dezoito horas e sete minutos. Esta ata foi
282 lavrada por mim, Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e assinada por todas as presentes
283 nomeadas.

284
285
286 **Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é**
287 **composta por mulheres, a Apaf optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem**
palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Saraiva, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 23/08/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 23/08/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 23/08/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson de Souza Bernardes, Conselheira(o) Suplente**, em 23/08/2024, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Conselheira(o) Suplente**, em 23/08/2024, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilaise Santos Vieira, Conselheira(o) Suplente**, em 23/08/2024, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira(o) Suplente**, em 23/08/2024, às 21:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Chateaubriand Domingues, Conselheira(o)**, em 24/08/2024, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Barros Guimarães, Conselheira(o)**, em 25/08/2024, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Isadora Barbosa Canto, Conselheira(o)**, em 26/08/2024, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheira(o) Presidente**, em 26/08/2024, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Morais Peixoto, Conselheira(o) Suplente**, em 26/08/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Suplente**, em 26/08/2024, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira(o)**, em 26/08/2024, às 21:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 26/08/2024, às 22:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Conselheira(o)**, em 26/08/2024, às 22:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 27/08/2024, às 03:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 27/08/2024, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 29/08/2024, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Conselheira(o) Suplente**, em 30/08/2024, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1767334** e o código CRC **45654ABD**.